



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 **PROFESSOR:** Clovis Alberto Volpe Filho
1.2 **DEPARTAMENTO:** Direito Público
1.3 **DISCIPLINA:** Processo Penal II
1.4 **SÉRIE:** 4º **TURMAS:** A e B **TURNOS:** DIURNO E NOTURNO
1.5 **CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 4 h/a. **HORÁRIA ANUAL:** 144 h/a.

2. EMENTA

O conteúdo programático, aliando teoria e prática, contemplará os seguintes pontos: Teoria da Prova no Processo Penal. Medidas Cautelares Pessoais: prisões cautelares e medidas diversas à prisão. Procedimentos: comum e especial. Sentença e Coisa Julgada. Teoria Geral das Nulidades. Teoria dos Recursos e Recursos em espécie. Ações de impugnação: Habeas Corpus; Revisão criminal e Mandado de Segurança. Aspectos teóricos da Lei de Execução Penal.

3. OBJETIVOS GERAIS

3.1. Em um curso de graduação em ciências jurídicas, impõe-se ao professor a tarefa de fornecer aos graduandos o conhecimento de todos os diplomas legais, na respectiva área de ensino, bem como despertar-lhes a consciência para uma correta e adequada interpretação sistemática; afinal, nem sempre do conhecimento literal das leis, ainda que muito bem embasado, se extrai a melhor interpretação. E a interpretação equivocada pode conduzir a uma aplicação inadequada, quando, não raro, injusta e prejudicial aos interesses daqueles a quem o futuro profissional tiver de servir.

3.2. Mas, como a ciência jurídica não é estática, estando sobremaneira sujeita às transformações sócio-culturais, que geram alterações legislativas profundas e freqüentes, impõe-se, de igual maneira, um atento acompanhamento, razão pela qual se dará ênfase às modificações introduzidas, procurando-se, ademais, a melhor adequação sistemática, notadamente, no aspecto constitucional. Apesar de recentes e reiteradas reformas, existe projeto de reforma (integral) do Código de Processo Penal, que deverá ser acompanhado.

3.3. Ademais, considerando-se que o direito deve estar inserido em um contexto social e não circunscrito à sua expressão meramente normativa, dar-se-á especial atenção no sentido de se formar uma consciência interpretativa crítica; e, portanto, não apenas exegética ou dogmática, mas voltada para o contexto histórico e, tanto quanto possível, procurando-se despertar para o compromisso com a transformação social, concretamente enfocada.

3.4. Nessa perspectiva, serão apresentadas questões práticas, referentes a casos reais ou simulações, para que da discussão em grupo se possibilite a formação de uma consciência crítica, tanto dos postulados referentes ao direito positivo, como com vistas à correta aplicação na vida profissional. E, certamente, não se pode deixar de enfatizar, os precedentes da jurisprudência, como reconhecimento da expressão maior da experiência e da visão do direito por quem o faz, diuturnamente.

3.5. Por último, ter-se-á em conta que para a graduação os candidatos deverão comprovar aptidão para a produção de textos, mediante a elaboração de pesquisa e apresentação de trabalho escrito, na conclusão do curso; com vistas a esse enfoque, desde logo, e independentemente do incentivo à iniciação a esse trabalho obrigatório, se procurará estimular a criatividade, sugerindo-se apresentações de outros escritos, sob temática que se relacione com o curso e, de modo especial, com a matéria.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1 Introduzir o aluno às estruturas elementares do processo penal, em seus princípios informativos, levando-o ao aprendizado, possibilitando o conhecimento do instrumental disponível na disciplina.

4.2 Análise sistemática e contextual dos temas afetos à disciplina processual penal, com indicação da sua correta interpretação em harmonia com o sistema constitucional vigente.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO BIMESTRE

I - DA PROVA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS OU TEORIA GERAL DA PROVA

- 1.1 Conceito de prova
- 1.2 Função da prova
- 1.3 Direito à prova
- 1.4 Limites ao direito à prova
- 1.5 Procedimentos referentes à prova
- 1.6 Classificação da prova
- 1.7 Objeto da prova
- 1.8 Princípios gerais da prova
- 1.9 Ônus da prova
- 1.10 Sistemas de avaliação da prova

2. AS PROVAS NOMINADAS NO CPP

- 2.1 Do exame de corpo de delito e das perícias em geral
- 2.2 Interrogatório do acusado
- 2.3 Confissão
- 2.4 Perguntas ao ofendido
- 2.5 Prova testemunhal
- 2.6 Lei de proteção à vítimas e testemunhas
- 2.7 Reconhecimento
- 2.8 Acareação
- 2.9 Documentos
- 2.10 Indícios

3. BUSCA E APREENSÃO

- 3.1 Busca e apreensão e garantias constitucionais
- 3.2 A necessidade de separação dos institutos (busca e apreensão)
- 3.3 Busca
- 3.4 Apreensão

4. OUTROS MEIOS DE PROVA OU MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVAS

- 4.1 Interceptação telefônica
- 4.2 Colaboração Premiada
- 4.3 Escuta ambiental
- 4.4 Quebra de sigilo bancário

SEGUNDO BIMESTRE

II – MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS LIBERDADE PROVISÓRIA

1. ASPECTOS GERAIS SOBRE MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL

- 1.1 Conceito
- 1.2 Espécies de medidas cautelares
- 1.3 Características das medidas cautelares



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PRISÃO

- 2.1 Conceito de prisão
- 2.2 Espécies de prisão
- 2.3 Princípios constitucionais aplicáveis à prisão
- 2.4 Formalidades para o cumprimento da prisão

3. PRISÃO EM FLAGRANTE

- 3.1 Considerações preliminares
- 3.2 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório
- 3.3 Modalidades de flagrância
- 3.4 Hipóteses especiais de flagrante
- 3.5 Formalidades do flagrante

4. PRISÃO PREVENTIVA

- 4.1 Natureza e características
- 4.2 Momento e iniciativa da decretação
- 4.3 Requisitos ou pressupostos: prova do crime e indícios da autoria
- 4.4 Fundamentos ou circunstâncias autorizadoras
- 4.5 Condições de admissibilidade
- 4.6 Fundamentação e recurso
- 4.7 Outras modalidades de prisão provisória: temporária e domiciliar

5. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS À PRISÃO

6. DA LIBERDADE PROVISÓRIA

- 6.1 Considerações iniciais
- 6.2 Natureza jurídica
- 6.3 Espécies de liberdade provisória
 - 6.3.1 Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação
 - 6.3.2 Liberdade provisória vinculada, sem fiança
 - 6.3.3 Liberdade provisória com fiança
 - 6.3.3.1 *Conceito e finalidade de fiança*
 - 6.3.3.2 *Hipóteses legais: admissibilidade e inadmissibilidade da fiança*
 - 6.3.3.3 *Procedimento e ocorrências relativos à fiança*
 - 6.3.4 Aspectos jurisprudenciais sobre a liberdade provisória

TERCEIRO BIMESTRE

I - OS ATOS PROCESSUAIS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. A REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

- 2.1 Audiências e sessões
- 2.2 Prazos

3. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

- 3.1 Atos da partes
- 3.2 Atos dos juízes
- 3.3 Atos dos auxiliares da Justiça

4. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

- 4.1 Das citações
- 4.2 Das intimações



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

II – RITOS PROCEDIMENTAIS

1. PROCESSO E PROCEDIMENTO

- 1.1 Conceitos
- 1.2 Classificação de processo
- 1.3 Classificação dos procedimentos

2. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO

- 2.1 Fase postulatória
- 2.2 Fase instrutória
- 2.3 Fase decisória

3. PROCEDIMENTO DO JÚRI

- 3.1 Origem do Tribunal do Júri
- 3.2 Evolução do instituto, de Roma à atualidade
- 3.3 O júri no Brasil
- 3.4 Princípios ou requisitos fundamentais
- 3.5 Características Principais
- 3.6 Composição e organização do júri
- 3.7 Juízo de acusação ou sumário de culpa
- 3.8 Desaforamento e prazo de realização do julgamento
- 3.9 Fase de julgamento

4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

- 4.1 Nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos
- 4.2 Nos crimes contra a honra
- 4.3 Nos crimes contra a propriedade imaterial
- 4.4 Nos crimes falimentares
- 4.5 Nos crimes de tóxicos

III - AS DECISÕES JURISDICIONAIS PENAIS

1. CLASSIFICAÇÃO

- 1.1 Despachos
- 1.2 Decisões interlocutórias
- 1.3 Decisão com força de definitiva
- 1.4 Decisões definitivas

2 SENTENÇA

- 2.1 Conceito e natureza jurídica
- 2.2 Requisitos da sentença
- 2.3 Correlação ou congruência e *Jura novit curia*
- 2.4 Sentença absolutória
- 2.5 Sentença condenatória
- 2.6 *Mutatio e emendatio libelli*

3. COISA JULGADA

- 3.1 Conceito, natureza jurídica e fundamento
- 3.2 Espécies
- 3.3 Efeitos ou limites objetivos da coisa julgada

QUARTO BIMESTRE

I - DAS NULIDADES

1. GENERALIDADES

- 1.1 Conceito de nulidade
- 1.2 As consequências dos atos processuais imperfeitos ou atípicos
- 1.3 Princípios aplicáveis ao tema das nulidades



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

1.4 Momentos de decretação da invalidez

2. VÍCIOS PROCESSUAIS ELENCADOS NO CPP

- 2.1 Introdução
- 2.2 Incompetência, suspeição e suborno do juiz
- 2.3 Ilegitimidade de parte
- 2.4 Por falta das fórmulas ou dos termos seguintes
- 2.5 Por omissão de formalidade essencial do ato

II – RECURSOS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 Conceito, natureza jurídica e características
- 1.2 Fundamentos dos recursos
- 1.3 Classificações dos recursos
- 1.4 Princípios dos recursos
- 1.5 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito
- 1.6 Pressupostos ou requisitos (objetivos e subjetivos)
- 1.7 Efeitos dos recursos

2. ESPÉCIES DE RECURSOS

- 2.1 Recurso no sentido estrito
- 2.2 Apelação
- 2.3 Carta testemunhável
- 2.4 Processamento e julgamento dos recursos nos tribunais
- 2.5 Embargos infringentes e embargos de nulidade
- 2.6 Embargos de declaração

III - AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. REVISÃO CRIMINAL

- 2.1 Histórico, fundamento, conceito e natureza jurídica
- 2.2 Espécies de revisão
- 2.3 Pressupostos processuais e condições da ação
- 2.4 Revisão das decisões do júri
- 2.5 Fundamentos da revisão
- 2.6 O processo e o procedimento da revisão

3. *HABEAS CORPUS*

- 3.1 Origem, conceito e natureza jurídica
- 3.2 Espécies de *habeas corpus*
- 3.3 Hipóteses legais (art. 647)
- 3.4 Condições da ação
- 3.5 O processo e o procedimento do “*habeas corpus*”

4. MANDADO DE SEGURANÇA

- 4.1 Origem e base normativa
- 4.2 Natureza jurídica e pressupostos
- 4.3 Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal

III – ASPECTOS GERAIS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. ASPECTOS GERAIS

2. DIREITOS E DEVERES DO PRESO
3. PROGRESSÃO DE REGIME
4. RECURSO NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

6. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, com apresentação doutrinária; realização de estudo dirigido, individual ou em grupo, aulas introdutórias seguidas de seminários, trabalho escrito: individual e em grupo, análise e discussão de casos concretos, discussão de casos práticos, utilização de organogramas e resumos. Análise/discussão de textos legislativos para integração da teoria à prática. Exposição com o auxílio dos recursos de multimídia. Estudos de casos. Trabalhos em grupos e individuais.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

- 7.1 Provas com questões objetivas e dissertativas
- 7.2 Apresentações orais de textos previamente indicados
- 7.3 Trabalho de Pesquisa
- 7.4 Participação em classe ou fora, espontaneamente ou provocada.
- 7.5 Aplicação e assiduidade nas aulas

8. BIBLIOGRAFIA – preferir a edição mais atualizada

ALVES, Roque de Brito. Dos indícios no processo penal. São Paulo: Forense, 2003.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2017.

_____, Gustavo Henrique R. Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Antonio Milton de. Processo Penal segundo o sistema acusatório. Leme: LED, 2002.

_____. A lei de proteção a vítimas e testemunhas: e outros temas de direitos humanos comentados. 2.ed. Franca: Lemos & Cruz, 2006.

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo: Saraiva, 2012.

DE LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Juspodivm, 2018.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. Juizados Especiais Criminais: Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. As Nulidades no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Recursos no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. Saraiva, 2018.

MACHADO, Antonio Alberto. Curso de Processo Penal. 6. Ed. Atlas, 2014.

MARREY, Adriano. Júri - Teoria e Prática. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MENDONÇA, Andrey Borges de. Prisões e outras Medidas Cautelares Pessoais. Método, 2011.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 12. Ed. Forense, 2015.

_____. Tribunal do Júri. Revista dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19. Ed. Atlas, 2015.

PITOMBO, Cleunice. Da Busca e Apreensão no Processo Penal. Revista dos Tribunais, 2005.

QUEIJO, Maria Elizabeth. O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal. 2. Ed. Saraiva, 2012.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. 9. Ed. Juspodivum, 2014.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 34. Ed. Vol. I a IV. Saraiva, 2012.

TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal. Revista dos Tribunais, 2002.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino e pelo seu conteúdo.

Franca, quinta-feira, 31 de janeiro de 2019.

Clóvis Alberto Volpe Filho

Professor